



Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTES no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1992

(QUARTA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademair Traiano, Alceu Swarowski, Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Orlando Pessuti, Rafael Greca de Macedo e Severino Félix (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Ofício:

OFICIO Nº 33/92/-2ª SEC.-INT.
Senhor Presidente.

A finalidade do presente é justificar nosso não comparecimento nas Sessões Ordinárias dos dias 20, 21 e 22 de Maio do corrente ano.

Os motivos que nos impediram de comparecer foram problemas urgentes a serem resolvidos na nossa Região, os quais tornaram imprescindível nossa presença lá.

Sendo o que se apresentava para o mo-

Curitiba, quarta, em 13.05.92.

mento aproveitamos a oportunidade para externar votos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões em 13.05.92

(a) ADEMAR TRAIANO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187 § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões em 13.05.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 571/91 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.05.92

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 121 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, REQUER, que o Projeto de Lei nº 076/92, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, seja anexado ao Projeto de Lei nº 577/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, por se tratar de matéria similar, relativa à alteração do artigo 1º da Lei 9.353, de 17 de agosto de 1991, que cria o município de Cândói.

Sala das Sessões, em 13.05.92

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de correspondência ao Exmo. Senhor Ministro de Agricultura, Doutor Antônio Cabrera Neto, solicitando sua intervenção junto às autoridades monetárias do País para viabilizar, no menor prazo possível, a liberação de recursos para compra de milho e para o plantio de trigo.

Sala das Sessões, em 13.05.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Os Poderes Constituídos dos municípios sudoestinos têm discutido essa matéria, sempre enfatizando as enormes e insuperáveis dificuldades as quais vêm assoberbando os produtores rurais da Região há muito tempo, transtornando todo o sistema produtivo, até compulsando-o com a inviabilidade.

Os recursos para a compra da safra de milho e os destinados a plantio de lavouras de trigo, têm sido pedidos com insistência pelos agricultores em geral que já não dispõe de meios próprios para investimento ou custeio e seguem dispostos a enfrentar os riscos da agricultura com a esperança de que a "próxima safra será melhor".

Será necessário que as autoridades monetárias do País se sensibilizem para a realidade insofismável da agricultura brasileira, especialmente quando dela se reclame uma "safra recorde", assistindo aos agricultores nas suas necessidades de recursos mais imediatas.

REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER A MESA, ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando providências no sentido de que seja asfaltado o acesso ao Jardim Ouro Cola, no Município de Maringá, partindo do trevo na BR-376, próximo à fábrica da Coca-Cola, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 13.05.92

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

O trecho existente entre o trevo da BR-376, nas proximidades da fábrica da Coca-Cola e o Jardim Ouro Cola, no Município de Maringá, é de aproximadamente 1.000 metros.

No Jardim Ouro Cola, há um conjunto habitacional, o Ouro Cola, já asfaltado e com toda a infra-estrutura para moradia. Inúmeras são as habitações populares existentes naquele bairro de Maringá.

A ligação asfáltica é necessária para viabilizar o acesso rodoviário daquele bairro a Maringá, principalmente para os coletivos que servem aquele bairro.

Daí a razão do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de Ofício ao Exmo. Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Mário Pereira, encarecendo a necessidade urgente

de viabilizar a implantação de calçamento com pedras irregulares nas estradas Dois Vizinhos/Salto do Lontra, Dois Vizinhos/Nova Prata do Iguaçu e Dois Vizinhos/Verê, atendendo à manifestação das comunidades rurais interessadas, feita por meio dos seus Representantes no Legislativo Municipal de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 13.05.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo de Dois Vizinhos prestou uma homenagem ao Parlamento do Estado do Paraná, através deste Deputado, solicitando apoio e interferência em favor do pleito da comunidade duovizinhense que tem solicitado, reiteradamente, o calçamento com pedras irregulares de estradas vicinais que relacionamos no teor do requerimento. A área delimitada pelas localidades que a compõe é generosa produtora de produtos agrícolas, assim como de suínos e, especialmente, aves de corte. Com estradas revestidas em asfalto, as vicinais têm sido mais exigidas pela produção, tornando inadiável a solução proposta pelo requerimento que esperamos seja aprovado por unanimidade e atendido tão prontamente quanto possível pela Secretaria dos Transportes.

REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido nos anais, desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da Exma. Senhora Leonor Mendes de Barros.

A extinta era esposa de Adhemar de Barros, ex-Governador do Estado de São Paulo por três vezes e mãe de 4 filhos entre os quais Adhemar de Barros Filho, Presidente do Partido Republicano Progressista.

Dedicou-se muitos anos a obras assistenciais na área de saúde, tendo sido fundadora do Hospital Mandaqui, para crianças tuberculosas.

Sala das Sessões, em 13.05.92

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 643

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HAMILCAR PIZZATTO, ocorrido nesta Capital no último dia 07.

Requerem, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI
NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

No último dia 07, nesta Capital, com a idade de 70 anos, adormeceu no Senhor, o empresário Hamilcar Pizzatto, deixando viúva Dona Vera, filhos e netos.

O passamento de Hamilcar Pizzatto, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos, entre os quais estes Deputados.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Hamilcar, que será guardado sob a proteção de Deus para que, renovado pelos Sacramentos Pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deste participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio destes Deputados, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família PIZZATTO, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial, congratulando e desejando sucesso ao Reverendíssimo Arcebispo Dom ALBANO CAVALLIN, pela assunção do Arcebispado de Londrina.

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Ao assumir tão importante Arcebispado, onde conduzirá milhares de católicos na formação religiosa e conseqüente formação de opinião o Reverendíssimo Arcebispo Dom Albano Cavallin deve ser congratulado pela honraria do cargo que ora assume, ao mesmo tempo em que o seu trabalho na condução da imensa comunidade católica paranaense, deva merecer o nosso desejo de sucesso, pois na atuação do mesmo será retratada a conduta dos católicos pertencentes a região do Arcebispado de Londrina e do próprio Estado.

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, pede que se oficie ao Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

- I - Quantos funcionários, qual o número de servidores atuais desta Empresa?
- II - Qual o montante da folha de pagamento, valor bruto, do último mês pago?
- III - Quais os 10 (dez) maiores salários pagos na Empresa, no último mês, valores brutos, relacionando-se os nomes dos servidores e respectivos valores e funções?
- IV - Algum integrante do atual quadro Diretivo da Empresa é funcionário de carreira da mesma? Qual sua função e respectivo salário?
- V - Quais os componentes do Conselho Fiscal da COPEL, quem preside tal Conselho e qual a remuneração paga mensalmente a cada integrante deste Colegiado?

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido uma série de denúncias e informações a respeito de salários elevados, pagos pela COPEL. Entendemos que o presente Pedido de Informações pode levantar as informações necessárias, bem como nos oferecer caminhos e pessoas a quem devemos nos socorrer, para maiores esclarecimentos legais!

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado o seguinte Pedido de Informações ao DETRAN/PR:

- 1 - Em caso de ferrugem das novas placas, de 3 letras e 4 algarismos, pode o proprietário da mesma solicitar sua substituição junto ao DETRAN?
- 2 - Será atendido?
- 3 - Haverá algum pagamento por este serviço?
- 4 - Quanto tempo demorará esta troca?
- 5 - Qual o procedimento burocrático a ser adotado pelo interessado (onde se dirigir, que documentos levar...)
- 6 - A substituição dará ao proprietário o mesmo número e letras?

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Tem sido comum o registro de casos de ferrugem nas novas placas de veículos, implantadas recentemente. E outros Estados estão promovendo voluntariamente, até com publicidade, a troca gratuitamente. Em função do silêncio até agora de nossa au-

toridade de trânsito regional, cabe o presente pedido de informações.

REQUERIMENTO Nº 653-A

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto à Secretaria Especial de Esporte e Turismo, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 065/92, que considera área especial de interesse turístico, o Balneário de Caiobá, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 065/92, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria Especial de Esporte e Turismo, a fim de que sejam sanadas as seguintes indagações:

- a) O que constitui uma área especial de interesse turístico?
- b) Quem possui competência para considerar uma área especial de interesse turístico?
- c) Quais os requisitos necessários para tal consideração?
- d) Quais as implicações legais e benefícios que tem uma área especial de interesse turístico?

No aguardo da habitual atenção de Vossa Excelência, apresento os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO
OVIDIO CONSTANTINO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ao Projeto de Lei nº 65/92

PARECER:

Considera área especial de interesse turístico o Balneário de Caiobá.

No âmbito desta comissão técnica, procedemos a análise do Projeto de Lei 65/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que considera área especial de interesse turístico o Balneário de Caiobá.

Com o objetivo de um parecer fundamentado, submetemos o presente Projeto de Lei, em diligência junto à Secretaria Especial de Esporte e Turismo, para que sejam sanadas as seguintes indagações: o que constitui uma área especial de interesse turístico? Quem possui competência para considerar uma área especial de interesse turístico? Quais os requisitos necessários para tal consideração? Quais as implicações legais e benefícios que tem uma área especial de interesse turístico?, além de

outras informações que julgar necessário. E o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.92.

(aa) JOSE COLOMBINO GRASSANO
Presidente
OVIDIO JOSE CONSTANTINO
Relator

PROJETO DE LEI Nº 065/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

SOMULA: Considera Área Especial de Interesse Turístico, o Balneário de Caiobá, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica considerada Área Especial de Interesse Turístico, o Balneário de Caiobá, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná.

Art. 2º - O administrador responsável pela área será nomeado pelo Governador do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) ANIBAL KHURY

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A localidade que aqui se pretende considerar como área Especial de Interesse Turístico, é considerado um dos mais belos Balneários do litoral paranaense, com paisagens notáveis, merecedora de elogios tanto dos moradores, quanto das pessoas que o freqüentam e turistas que visitam o Balneário de Caiobá.

Entre muitas de suas finalidades, podemos destacar a possibilidade da realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural.

Assim sendo, pelo relevante alcance social e ambiental que o Projeto de Lei apresenta, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres Pares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 127/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O "caput" do artigo 2º da Lei Complementar nº 59/91, de 01 de outubro de 1.991, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - As unidades de conservação ambiental a que alude o art. 1º, são as

áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, reflorestamentos, hortos florestais, área de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar nº 59, de 01 de outubro de 1.991, que dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências, tem por finalidade compensar aqueles Municípios que contribuem para a conservação do meio ambiente.

O artigo 2º da Lei em epígrafe, define quais são as unidades de conservação ambiental, que beneficiarão os Municípios em que se encontram. Entretanto as áreas de reflorestamentos, além de contribuírem para a preservação do meio ambiente, contribuem para a geração de empregos, direta e indiretamente, além de garantir a produção de inúmeros produtos indispensáveis que tem como matéria prima a madeira, razão pela qual achamos justo a inclusão daquelas.

Pelos motivos expostos, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 128/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam dispensados da frequência, nos órgãos onde estiverem lotados, nos dois dias úteis subsequentes ao dia de eleição, os servidores públicos da administração direta e indireta, autarquias, empresas públicas e de economia mista e fundações do Estado do Paraná, que forem convocados, pela Justiça Eleitoral, para compor as mesas receptoras de votos.

Art. 2º - Os servidores públicos indicados no art. 1º, quando convocados para compor Juntas Apuradoras de votos como membros, escrutinadores, vogais e demais auxiliares, serão dispensados da frequência, nos órgãos onde estiverem lotados, nos quatro dias úteis, subsequentes ao dia do término da apuração das eleições.

Art. 3º - O exercício efetivo das funções que tratam os artigos 1º e 2º, junto

Curitiba, quarta, em 13.05.92.

a Justiça Eleitoral, constituirá prestação de serviço público relevante.

Art. 4º - Os dias de dispensa de que tratam os artigos 1º e 2º, serão contados como de efetivo exercício, para todos os fins de direito.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 3 de outubro, o País estará vivendo mais um momento cívico fundamental: realizam-se as eleições municipais que deverão eleger novos prefeitos e vereadores dos Municípios brasileiros.

É mais uma etapa da vida política nacional, no processo de construção e aprimoramento da democracia e das instituições que consolidam a cidadania.

O exercício da democracia exige um exército de pessoas que, convocadas pela Justiça Eleitoral, trabalham no dia das eleições compondo as mesas receptoras de votos e nos dias subsequentes, compondo as juntas apuradoras.

Muitas dessas pessoas, senão a maioria, são servidores públicos que, em dias de trabalho extraordinário, prestam um serviço público relevante.

A nossa proposição é uma forma de manifestarmos o nosso reconhecimento por tão importante contribuição à democracia, feita de forma desprendida, sem qualquer ônus para os cofres públicos.

Vale registrar que já existe uma liberalidade da Justiça Eleitoral, dispensando do trabalho o servidor público que prestar seus serviços àquela Justiça, quando convocado para atividades de etiquetagem e conferência.

A extensão de tal benefício aos servidores públicos que prestam outros serviços à Justiça Eleitoral, como os especificados no nosso Projeto de Lei, obedece portanto, a um precedente já estabelecido.

Sabedores do valor que cada Parlamentar dá ao processo cívico das eleições, bem como o reconhecimento àqueles que contribuem, com seu trabalho, para o pleno exercício da democracia, confiamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação de nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 129/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" de Santa Tereza do

Oeste, com sede e foro naquele Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" de Santa Tereza do Oeste, Sociedade Civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tem por finalidade manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados, destinados ao tratamento, educação, habilitação e inserção social do excepcional; estimular o trabalho do excepcional por meio de exposições, de cooperativas e de oficinas, entre outros objetivos; razão pela qual propomos o presente Projeto de Lei, e para o qual contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 33/92, subscrito pelo Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 20, 21 e 22 do corrente mês, em virtude de viagem para sua Região. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 508/91, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 9.370, de 13 de setembro de 1990 (Município de Mercedes). Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148 de 11.11.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que estabelece critérios e normas

para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, CF e COPTC.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 571/91. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 571/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM nº 019/92, que institui a gratificação de apoio educacional e gratificação pelo local de exercício no período noturno, a serem atribuídas conforme específica aos professores e especialistas de educação do Magistério Público de 1º e 2º grau. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. à EMENDA 01 e CONTRÁRIO às de nº 02 a 05. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA e OVIDIO CONSTANTINO, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos desempregados. ANEXO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 579/91, COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109, de 04.09.91).

PROJETO DE LEI Nº 579/91 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos aposentados e pensionistas que ganham até 4 (quatro) salários mínimos.

Parágrafo Único - Para se beneficiarem da isenção disposta neste artigo, os interessados deverão se cadastrar junto aos órgãos fornecedores de água e luz de seu Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

E público e notório o drama dos aposentados no País.

Nota-se a defasagem em seus contracheques e em carnês, sem contar a falta de consideração com esta parcela de brasi-

teiros, que deram grande parte de sua vida, ao trabalho e ao desenvolvimento.

Falta um plano que estabeleça uma política justa e digna, e que traga a esta classe de idosos, um final de vida humano e tranqüilo.

O desconto de 40% (quarenta por cento) nas contas de água e luz, para os aposentados, reflete um pequeno ato de justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 579/91

P A R E C E R:

Autoriza o Poder Executivo a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos pensionistas e aposentados que ganham até 4 (quatro) salários mínimos, conforme específica.

Sob nossa análise o Projeto de Lei nº 579/91, de autoria do Deputado João Iensen, que autoriza o Poder Executivo a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos aposentados e pensionistas que ganham até 4 (quatro) salários mínimos.

Em sua justificativa, o ilustre proponente argumenta o drama dos aposentados e pensionistas do País e a defasagem nos seus contra-cheques. Finaliza afirmando que "Falta um plano que estabeleça uma política justa e digna, e que traga a esta classe de idosos, um final de vida humano e tranqüilo." O desconto de água e luz, aponta, seria um pequeno ato de justiça com grandes reflexos, a considerar-se a realidade dos seus beneficiários.

A Carta de 05 de outubro de 1988, em seu artigo 1º, incisos II e III, afirma que a República - da qual faz parte o Estado - tem como fundamento a cidadania e a dignidade da pessoa humana. O artigo 3º afirma constituir objetivos fundamentais da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a erradicação da pobreza e da marginalização, assim como a redução das desigualdades sociais.

Ora, a redução da sobrecarga dos aposentados, mesmo que pela simples redução de parcela das taxas de água e luz, representará a ação concreta do Paraná no sentido de fazer valer o mandamento constitucional.

Antecipando-se à iniciativa ora sob análise, a Constituição Estadual, em seu artigo 223, estabeleceu:

"Art. 223 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação e plena integração na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e propiciando-lhe fácil acesso aos bens e serviços coletivos." (grifos nossos).

Curitiba, quarta, em 13.05.92.

Concluimos, em vista do exposto, pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 579/91.

Em vista do exposto, e considerando o caráter autorizatório da propositura, manifestamos nosso parecer favorável ao Projeto de Lei em epígrafe, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 579/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado João Iensen, o Projeto de Lei em tela "Autoriza o Poder Executivo a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos pensionistas e aposentados que ganham até 04 (quatro) salários mínimos, conforme específica."

Pela justificativa que acompanha a presente proposta, verificamos que se trata de uma medida de relevante alcance social.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se pela Aprovação do Projeto em questão.

Assim sendo, esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, vem seguir o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 579/91.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 650, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 639, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 640, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 642, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 643, de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Nelson Justus, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 647, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 648, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 649, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 651, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 653, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para quinta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 492/91 e 098/92;
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 393, 465 e 511/91;
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 056, 412/91 e 029, 083, 086/92.

Marca ainda, para logo após da sessão Ordinária, uma sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 001, 003, 073, 074, 075, 089, 164/90 e 039, 040, 041/92.

Levanta-se a sessão.